

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 548.386 - MT (2014/0165768-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MATILDE DUARTE GONÇALVES E OUTRO(S) - SP048519
MARCOS ANTÔNIO DE ALMEIDA RIBEIRO E OUTRO(S) -
MT005308A
CAROLINE REVELLES GUAREZI - MT016280
AGRAVADO : AMAZONIA LOCACAO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS
DE FOTOCOPIA LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADO : MAURO BASTIAN FAGUNDES E OUTRO(S) - MT008907

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que negou seguimento a recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 555-556):

RECURSOS DE APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL - PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO - QUESTÕES ENFRENTADAS NA PROLAÇÃO DA SENTENÇA - PERDA DO OBJETO - AGRAVO PREJUDICADO - PRETENDIDA MAJORAÇÃO NA TAXA DE JUROS APLICADA - IMPOSSIBILIDADE - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - VEDAÇÃO LEGAL - PRETENDIDA APLICAÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS EM PATAMARES ELEVADOS - NÃO CABIMENTO - VENDA CASADA - ILEGALIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA PROPORÇÃO DA DERROTA DE CADA PARTE - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - DESNECESSIDADE - RECURSO AMAZÔNIA PARCIALMENTE PROVIDO - RECURSO BANCO BRADESCO IMPROVIDO.

1. Resta caracterizada a perda do objeto do Agravo retido, quando as questões ventiladas forma enfrentadas na sentença.
2. Devem-se manter os juros remuneratórios conforme pactuados.
3. É vedada a capitalização mensal de juros ainda que pactuados, salvo as expressas exceções previstas em lei.
4. Os honorários advocatícios devem deve ser fixados na proporção da derrota de cada parte.
5. Para fins de prequestionamento, não há necessidade do órgão colegiado citar os dispositivos usados. É suficiente que o acórdão aprecie integralmente a questão trazida aos autos, dando-lhe o devido fundamento.

Inicialmente, cumpre destacar que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Em relação ao juízo de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, destaco que esta Corte possui entendimento no sentido de que *"é admitida a incursão no mérito do recurso especial pelo Tribunal a quo para a verificação da admissibilidade do apelo nobre"* (AgRg no Ag 1.034.534/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 3.2.2009).

A decisão agravada deixou de admitir o recurso especial ante a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ e dissídio jurisprudencial não demonstrado nos moldes legais.

Em suas razões, o agravante limitou-se a reiterar as razões de mérito do recurso especial, deixando de impugnar os fundamentos relativos à aplicação das Súmulas 5 e 7 do STJ e a não comprovação da divergência jurisprudencial nos moldes legais.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica de todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no artigo 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973 (artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015).

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.

1. Inviável o agravo interno que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

2. O sistema processual brasileiro consagra e positiva o princípio da dialeticidade ao exigir que o recurso faça impugnação específica aos fundamentos do provimento jurisdicional atacado (arts. 544, § 4º, I, do Código de Processo Civil de 1973; 932, III e 1.021, § 1º, do atual

Código de Processo Civil; e 259, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.003.118/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017.)

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar todos os fundamentos da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora